



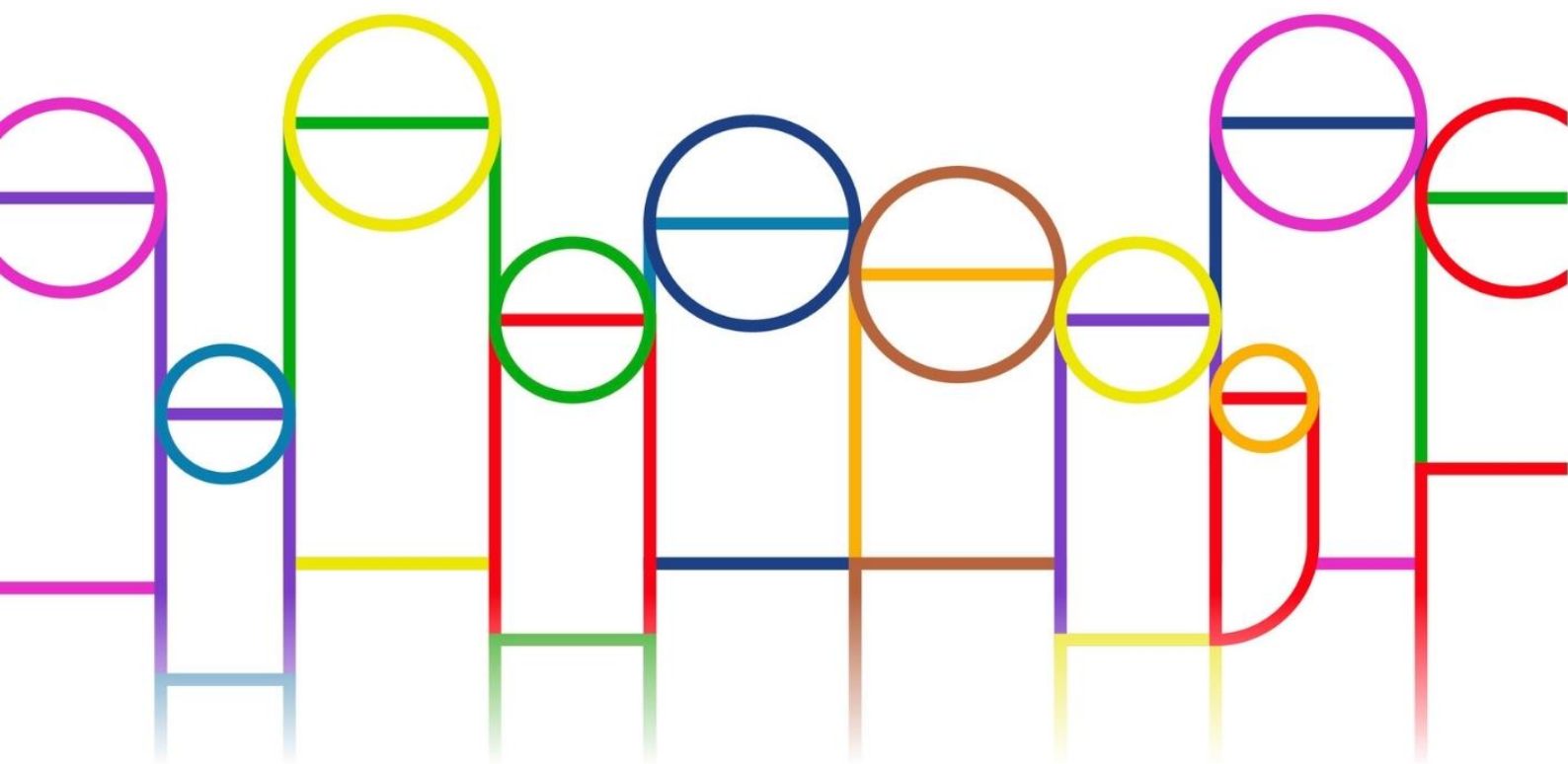
**REGIÃO
DE COIMBRA
a tua Casa**

*Onde todas as
pessoas têm lugar*



PLANO MUNICIPAL PARA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

MUNICÍPIO DE ARGANIL



FICHA TÉCNICA

Título

Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Município de Arganil

Enquadramento do Projeto

Projeto financiado pelo FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, no âmbito do Programa Nacional FAMI 2030.

Entidade Promotora

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

Coordenação Institucional Municipal

Presidente da Câmara Municipal de Arganil

Coordenação Científica

Instituto Superior Miguel Torga

Fernanda Daniel e Laura Lemos

Equipa Técnica

Instituto Superior Miguel Torga

Diana Azedo, Diogo Andrade, Pedro Almeida e Ricardo Crispim

Edição

Novembro de 2025

Índice

1. Enquadramento geral	3
2. Objetivos	3
3. Metodologia	4
3.1. Procedimentos éticos e disseminação do inquérito	5
3.1. Análise de dados	6
4. Caracterização populacional e territorial	7
5. População migrante	8
6. Emprego e mercado de trabalho	12
7. Habitação	13
8. Apresentação dos resultados — Inquérito	14
9. Conclusão e recomendações	43
10. Referências bibliográficas	52

1. Enquadramento geral

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes (Ação 4 do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros), promovido pela CIM-RC, visa promover a inclusão desta população e mapear recursos, barreiras e oportunidades em cada município da região. O trabalho é desenvolvido em articulação com associações e redes representativas, valorizando o seu papel ativo na construção de respostas locais. Reconhecem-se, assim, estas pessoas como agentes do território e não apenas como destinatárias de políticas públicas.

A análise da realidade migratória neste concelho é orientada por uma perspetiva de inclusão social, que procura compreender não apenas os desafios individuais das pessoas migrantes, mas também os fatores estruturais que condicionam o seu acesso a direitos e oportunidades. É importante sublinhar que a inclusão não deve ser entendida como sinónimo de assimilação, mas antes como um processo que valoriza a diversidade cultural como recurso coletivo. Do mesmo modo, o ónus da inclusão não pode recair exclusivamente sobre os migrantes, frequentemente em situação de maior vulnerabilidade, cabendo também às instituições e às comunidades locais criar condições efetivas para uma participação plena e equitativa.

A Região de Coimbra integra 19 municípios: Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.

2. Objetivos

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Arganil tem como objetivo geral caracterizar a população migrante residente no concelho, identificar os principais desafios e dinâmicas de inclusão e promover uma abordagem de integração que reconheça a diversidade como um recurso e valor para o território.

De forma mais específica, o relatório visa:

- Reunir e analisar dados demográficos, sociais e económicos relativos à população migrante;
- Identificar padrões de distribuição territorial, inserção profissional, condições habitacionais e níveis de escolaridade;
- Compreender, através de inquérito, as perceções e experiências da população migrante em relação à inclusão na sociedade portuguesa em geral e no município no qual habitam, em particular;
- Fornecer um diagnóstico atualizado que sirva de base à elaboração e monitorização de políticas municipais e públicas de acolhimento e participação social, orientadas por princípios de igualdade, justiça e valorização da diversidade.

3. Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes do concelho de Arganil baseou-se numa abordagem mista, integrando estratégias de investigação quantitativas e documentais. Esta opção metodológica permitiu uma compreensão aprofundada da realidade migratória na região. A combinação de diferentes métodos e fontes de informação visou garantir a robustez dos resultados e a sua utilidade prática para a definição de políticas municipais de inclusão e participação social.

Na vertente quantitativa, foi desenvolvido um questionário estruturado, disponível em quatro idiomas – português, inglês, francês e espanhol –, permitindo maior acessibilidade à participação a migrantes de diferentes origens linguísticas. O instrumento de recolha de dados abrangeu um conjunto alargado de dimensões essenciais ao processo de inclusão, nomeadamente:

- Trajetória migratória, incluindo tempo de residência em Portugal, motivos de migração, tipo de documento, condição jurídico-administrativa e intenção de obtenção de nacionalidade;

- Redes de apoio e condições de inclusão, com enfoque nos suportes recebidos, nas dificuldades enfrentadas e na perceção de acolhimento social;
- Habitação e saúde, através da análise das condições habitacionais, dos desafios no acesso à habitação e na obtenção de cuidados de saúde;
- Educação, qualificações e mercado de trabalho, considerando o nível de ensino, o reconhecimento de estudos, a situação profissional e a satisfação laboral;
- Participação social, cívica e religiosa, abordando também a participação comunitária e a perceção de inclusão social;
- Experiências de discriminação e exercício de direitos, complementadas por dados demográficos básicos.

O questionário foi concebido para recolher informação quantitativa, assegurando uma cobertura territorial equilibrada e a comparabilidade entre os diferentes municípios da Região de Coimbra.

3.1. Procedimentos éticos e disseminação do inquérito

Antes do início da recolha de dados, o estudo obteve parecer positivo da Comissão de Ética do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), garantindo o cumprimento dos princípios de ética e deontologia científica. O anonimato dos/das participantes foi rigorosamente assegurado e o acesso às respostas ficou restrito à equipa de investigação.

Para garantir uma disseminação abrangente e equitativa, em cada município foi designado um representante da Câmara Municipal, contactado pela CIM-Região de Coimbra, responsável por divulgar o questionário junto das comunidades migrantes locais e das entidades parceiras. Durante o período de aplicação, estes contactos municipais foram regularmente informados sobre o número de questionários já submetidos na plataforma, o que permitiu acompanhar a adesão e incentivar a participação.

Como estratégia de divulgação, foram elaborados cartazes informativos e materiais de comunicação visual adaptados ao público-alvo. O questionário foi disponibilizado em duas modalidades complementares:

- Uma versão digital, implementada na plataforma *LimeSurvey*, que permitiu a participação online através de computadores e dispositivos móveis;
- Uma versão em formato papel, direcionada a contextos onde o acesso à internet era limitado ou inexistente, assegurando assim a inclusão de todos os perfis de participantes.

Na divulgação, recorreu-se ainda a links diretos e *QR Codes*, disseminados através das autarquias, associações locais, centros de apoio e equipamentos públicos. Este processo contou com o envolvimento ativo das equipas municipais e de parceiros institucionais, o que favoreceu uma cobertura territorial alargada Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA; 2023/2024). e um maior alcance da população migrante. O processo envolveu também a mobilização ativa de pessoas migrantes, reconhecendo o seu papel na produção de conhecimento sobre o território.

3.2. Análise de dados

A análise seguiu uma lógica de articulação metodológica, articulando dados primários e secundários. Os dados quantitativos primários, recolhidos através de inquérito, fundamentaram o perfil demográfico e socioeconómico da população migrante na região, enquanto a análise documental forneceu uma leitura contextualizada das políticas públicas locais e das dinâmicas migratórias. Para enriquecer a análise, foram mobilizados dados oficiais e administrativos secundários, designadamente os Censos de 2011 e 2021 do Instituto Nacional de Estatística (INE) e as estatísticas recentes da A articulação entre estas fontes secundárias e os dados primários recolhidos permitiu comparar tendências temporais e identificar convergências e discrepâncias entre indicadores demográficos, sociais e territoriais, conferindo maior robustez aos resultados.

4. Caracterização populacional e territorial

O município situa-se na Região Centro, tem 332,8 km², 14 freguesias e confina a Norte, Oliveira do Hospital e Tábua, a Sul com Góis e Pampilhosa da Serra, a Este com Seia e Covilhã e a Oeste com Penacova e Vila Nova de Poiares. De acordo com os dados recolhidos pelos Censos 2021, residiam 11 065 habitantes (-1 080 face a 2011), confirmando uma tendência de decréscimo e envelhecimento demográfico. As estimativas do INE para 2024 apontavam para 11 447 residentes.

A Tabela 1 mostra a evolução recente da população residente em Arganil, evidenciando uma tendência de declínio entre 2011 e 2021, com uma redução de cerca de 8,9% (de 12 145 para 11 065 habitantes). Contudo, as estimativas do INE para 2023 e 2024 apontam uma ligeira recuperação demográfica, com a população a atingir 11 447 residentes em 2024, o que representa uma variação positiva de 1,2% face a 2023.

O índice de envelhecimento registou 269 pessoas idosas por cada 100 pessoas jovens em 2011, aumentou para 330 em 2021 e situou-se em 317,8 em 2024.

Destaca-se, por outro lado, o crescimento expressivo da população estrangeira, que aumentou de 288 pessoas em 2011 para 741 em 2021 (+157%) e, segundo as estimativas mais recentes, para 1 020 em 2023 (+37,7% face a 2021). A população estrangeira correspondia a 5,1% dos residentes em 2021. O seu contributo não se limita ao plano demográfico, abrangendo igualmente dimensões económicas, sociais, culturais e de participação comunitária.

Tabela 1

Retrato Populacional do Município da Arganil (PORDATA)

	2011	2021	2023	2024	VR (%) 2011-2021	VR (%) 2021-2023	VR (%) 2023-2024
População residente	12 145	11 065	11 313	11 447	-8,90	2,20	1,20
Pessoas idosas por cada 100 jovens	269,04	330,22	313,3	317,8	22,70	-5,10	1,40
População estrangeira com estatuto legal de residente	288	741	1020	—	157,30	37,70	—

	2011	2021	2023	2024	VR (%) 2011-2021	VR (%) 2021-2023	VR (%) 2023-2024
População estrangeira (%) da população residente	2,95	5,11	—	—	73,20	—	—

Nota. VR (%) = Variação relativa em termos percentuais; os valores referem-se ao número de indivíduos de nacionalidade não portuguesa com estatuto legal de residente, segundo registos administrativos do INE (baseados em autorizações/cartões de residência) - dados de periodicidade anual; os valores apresentados para 2023 e 2024 são estimativas (INE, 2024).

5. População migrante

Para perceber como a presença estrangeira se distribui no território, a Tabela 2 (Censos 2021) detalha a população total e a população de nacionalidade estrangeira por freguesia. A distribuição interna é bastante desigual. A sede do concelho reúne o maior número absoluto de estrangeiros (113) e também a maior população total (3 827). Benfeita surge com 92 estrangeiros num total de 413 residentes, o que se traduz numa proporção muito elevada (22,28%) e a destaca no conjunto concelhio. Em termos absolutos, seguem-se a União das freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz (65) e a União das freguesias de Côja e Barril de Alva (62). Somadas, estas quatro freguesias concentram cerca de 59% de todos os residentes estrangeiros do município.

Quando olhamos para o peso relativo, além de Benfeita (22,28%), sobressaem União das freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz (12,15%), Folques (9,06%), Pombeiro da Beira (6,09%), Cerdeira e Moura da Serra (5,91%), Secarias (5,32%). No extremo oposto, Piódão apresenta uma presença estrangeira residual (0,83%), tal como Arganil (sede) em termos proporcionais (2,95%), apesar do maior número absoluto.

Em termos gerais, a população estrangeira encontra-se concentrada em poucas freguesias (com destaque para Arganil e Benfeita) combinando núcleos populacionais maiores com lugares de menor dimensão, mas forte intensidade relativa de residentes estrangeiros. Esta configuração ajuda a explicar por que, apesar do recuo demográfico geral, as migrações têm ganho peso crescente em pontos específicos do concelho.

Quanto à estrutura etária, de acordo com os dados dos Censos de 2021, predominam os adultos em idade ativa (18–59 anos; $N = 306$), seguindo-se as pessoas com 60 ou mais

anos ($N = 183$) e, por fim, os menores de 18 anos ($N = 76$), evidenciando o contributo dos fluxos migratórios para o rejuvenescimento relativo da população.

Na população residente total, o perfil etário é mais envelhecido: a proporção de pessoas com 65 ou mais anos é muito elevada, enquanto a população em idade ativa tem um peso relativamente menor e os mais jovens representam a fração mais reduzida do total (Censos 2021).

Tabela 2

População Residente por Freguesia do Município de Arganil (Censos 2021)

	População total residente	População residente de nacionalidade estrangeira	Percentagem da População estrangeira
Arganil	3827	113	2,95
Benfeita	413	92	22,28
Celavisa	142	5	3,52
Folques	342	31	9,06
Piódão	120	1	0,83
Pomares	431	19	4,41
Pombeiro da Beira	903	55	6,09
São Martinho da Cortiça	1188	44	3,70
Sarzedo	636	29	4,56
Secarias	395	21	5,32
União das freguesias de Cepos e Teixeira	198	6	3,03
União das freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	372	22	5,91
União das freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	535	65	12,15
União das freguesias de Côja e Barril de Alva	1563	62	3,97

Nota. Os valores correspondem à população residente habitual, incluindo pessoas de nacionalidade portuguesa e estrangeira, de acordo com os Censos 2021 (INE). Dados de periodicidade decenal.

Em Arganil, tal como pode ser observado na Tabela 3 (Censos 2021), entre os/as residentes estrangeiros/as, o ensino secundário e pós-secundário é o nível mais frequente (170 pessoas; 30,1%), seguido do ensino superior (133; 23,5%) e do grupo sem escolaridade (152; 26,9%). O ensino básico 3.º ciclo (60; 10,6%), 2.º ciclo (26; 4,6%) e 1.º ciclo (24; 4,3%) têm menor expressão. Note-se que a categoria “Nenhum” inclui sobretudo menores de 15 anos ainda em percurso escolar e não deve ser lida como ausência de escolarização entre adultos.

Na população total, predominam os níveis do ensino básico – em especial o 1.º ciclo (32,1%) – seguindo-se o secundário (19,5%) e o básico 3.º ciclo (15,7%). O ensino superior representa 8,8%, e o grupo sem escolaridade 14,8%.

Em comparação, os/as estrangeiros/as apresentam maior peso relativo nos níveis médio-altos (secundário e superior) e, em simultâneo, uma fração mais elevada no grupo sem escolaridade, o que revela um padrão de polarização educativa compatível com trajetórias migratórias diversas (desde perfis qualificados até famílias em fase inicial de integração).

Tabela 3

População Residente e de Nacionalidade Estrangeira, Segundo o Nível de Ensino Mais Elevado Completo, no Município de Arganil (Censos 2021)

Nível de Ensino Mais Elevado Completo	População total residente	População residente de nacionalidade estrangeira
Nenhum	1634 (14,8%)	152 (26,9%)
Ensino básico 1º ciclo	3539 (32,1%)	24 (4,3%)
Ensino básico 2º ciclo	1039 (9,4%)	26 (4,6%)
Ensino básico 3º ciclo	1731 (15,7%)	60 (10,6%)

Nível de Ensino Mais Elevado Completo	População total residente	População residente de nacionalidade estrangeira
Ensino secundário e pós-secundário (Cursos de especialização tecnológica)	2152 (19,5%)	170 (30,1%)
Ensino Superior (inclui bacharelato)	970 (8,8%)	133 (23,5%)

Para além da diversidade etária e de qualificações, a população migrante evidencia também variedade de origens nacionais, conforme sintetizado na Tabela 4.

Entre as nacionalidades listadas, a brasileira é a mais representada (70 pessoas; 33% do subtotal), seguida do Reino Unido (43; 21%) e dos Países Baixos (38; 18%). Surgem ainda Bélgica (17), Alemanha (11), Irlanda (9), Polónia (8), França (7) e Itália (7), evidenciando predomínio europeu complementado por uma presença sul-americana relevante (Brasil).

No conjunto das nacionalidades consideradas, contam-se 210 estrangeiros (112 homens e 99 mulheres), o que traduz cerca de 113 homens por cada 100 mulheres, ou seja, um ligeiro predomínio masculino. Por nacionalidade, este padrão varia: há maior número de homens no Reino Unido (26/17), Itália (4/3), Irlanda (5/4), Países Baixos (20/18) e Brasil (37/33). Em maior número surgem mulheres oriundas da Alemanha (5/6), França (3/4) e Polónia (3/5). A Bélgica está equilibrada (9/9).

Recorde-se de que este é um recorte parcial (apenas nacionalidades com ≥ 5 residentes). À escala municipal, o total estimado de residentes estrangeiros em 2023 é 1 020, num universo de 11 313 habitantes. Os valores apresentados na tabela referem-se apenas à população estrangeira que solicitou estatuto de residente, discriminada por nacionalidade e sexo, o que ajuda a explicar a diferença face ao total municipal.

Tabela 4

População Estrangeira que Solicitou Estatuto de Residente por Nacionalidade e Sexo do Município de Arganil (INE, 2023)

País	N (H-M)	N (H)	N (M)	Razão de masculinidade (H/M $\times 100$)
Bélgica	17	9	9	100

País	N (H-M)	N (H)	N (M)	Razão de masculinidade (H/M ×100)
Brasil	70	37	33	112,12
Alemanha	11	5	6	83,33
França	7	3	4	75
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	43	26	17	152,94
Irlanda	9	5	4	125
Itália	7	4	3	133,33
Países Baixos	38	20	18	111,11
Polónia	8	3	5	60
¹ População estrangeira total	1020	545	475	114,74
² População residente total	11313	5408	5905	91,58
³ População não estrangeira	10293	4863	5430	89,56

Nota. H = Homens; M = Mulheres; a listagem acima abrange as nacionalidades mais representadas. Foram incluídos apenas os países com expressão numérica igual ou superior a cinco pessoas na amostra total. 1 = População estrangeira residente. 2 = Inclui estrangeiros e portugueses. 3 = Portugueses residentes.

6. Emprego e mercado de trabalho

Contexto nacional

Em Portugal, o mercado de trabalho caracteriza-se pelo predomínio dos serviços e por escassez de mão de obra recorrente em setores como construção, restauração, agricultura, cuidados e saúde. Para muitas pessoas migrantes, estas oportunidades coexistem com barreiras ao reconhecimento de qualificações, exigências linguísticas e processos de recrutamento assentes em redes informais, podendo resultar em subutilização de competências e vínculos a termo.

Enquadramento local

Em territórios de menor densidade como Arganil, a procura tende a concentrar-se em restauração, saúde, construção e atividades de lazer, num tecido empresarial de pequena/média dimensão e com mobilidade interconcelhia relevante. A par de oportunidades de inserção, importa monitorizar condições contratuais, correspondência qualificação-ocupação e eventuais situações de discriminação, que serão detalhadas nas seções seguintes.

Os dados mais recentes (Câmara Municipal de Arganil, 2021) indicam que entre as pessoas adultas inquiridas, 51,2% estavam empregados/as e 26,8% desempregados/as. A maior parte das pessoas migrantes trabalha nas áreas da restauração, saúde, construção e atividades de lazer. Predominam vínculos a termo entre os trabalhadores por conta de outrem (61,1%, face a 33,3% sem termo). Quanto ao local de trabalho/estudo, 55,6% situam-se em Arganil, 29,6% noutros concelhos do distrito e 14,8% no estrangeiro. De assinalar ainda que o primeiro emprego resultou sobretudo de redes informais (família/amigos), patrões portugueses ou anúncios. Apenas 4,8% obtiveram o primeiro emprego através do IEFP e 29% referem estar inscritos. Em 2020, havia 21 pessoas estrangeiras registadas no IEFP de Arganil.

Importa sublinhar que cabe às instituições públicas e aos/às empregadores/as assegurar procedimentos de recrutamento transparentes, reconhecimento de qualificações e condições de trabalho justas, prevenindo práticas discriminatórias.

7. Habitação

Contexto nacional e enquadramento local

Em Portugal, o acesso à habitação tem registado pressão crescente, sobretudo nas áreas metropolitanas e turísticas. Embora esse padrão não se replique integralmente em territórios de menor densidade, como Arganil, já se notam efeitos na oferta de casas para arrendar e no estado do alojamento disponível. No caso de Arganil, os preços são, em termos relativos, mais acessíveis, o que foi identificado pelos/as inquiridos/as como um dos fatores de escolha do concelho, coexistindo com desafios de qualidade e

conforto térmico, bem como com algumas limitações na disponibilidade de oferta para arrendamento, aspetos salientados no diagnóstico local.

Condições e infraestruturas locais

Segundo os dados apresentados no Plano Municipal de Integração de Migrantes de Arganil (2021), 87,8% das pessoas migrantes vivem em moradia/apartamento e 4,9% em casa partilhada, sem registo de sem-abrigo ou alojamento rudimentar. Relativamente às condições sanitárias, sublinha-se a existência de instalações em 100% dos domicílios. Quanto ao abastecimento, 92,3% das pessoas migrantes têm acesso à água da rede, percentagem que desce para 82,1% no caso da água quente. O acesso a aquecimento é significativamente inferior: apenas 51% referem dispor desse equipamento, o que aponta para desafios de conforto térmico.

Entre os motivos para residir em Arganil, destaca-se o preço relativamente baixo da habitação. As respostas locais incluem uma base de dados de ofertas de arrendamento e materiais informativos em português e em inglês para facilitar o acesso à informação.

8. Apresentação dos resultados — Inquérito

Caracterização Sociodemográfica da Amostra

A amostra contou com 73 pessoas migrantes, tendo sido recolhida informação acerca das suas características demográficas, incluindo sexo, idade, estado civil, habilitações literárias, nacionalidade e religião, com o objetivo de delinear o perfil sociodemográfico dos/as participantes.

A maioria era constituída por pessoas do sexo feminino ($n = 53$; 72,2%), enquanto as pessoas do sexo masculino representaram uma parcela menor ($n = 20$; 27,4%). A idade variou entre 18 e 87 anos, com média de 49,45 anos e desvio-padrão de 14,9. Quanto ao estado civil, predominou o grupo dos casados ($n = 43$; 58,9%), seguido pelos solteiros ($n = 19$; 26,0%), divorciados ($n = 8$; 11,0%) e viúvos ($n = 3$; 4,1%).

No que diz respeito à escolaridade, verifica-se uma predominância de participantes com ensino superior: 33 pessoas (45,2%) completaram licenciatura ou bacharelato. 22

participantes (30,1%) terminaram o ensino secundário, enquanto 5 (6,8%) apresentaram formação técnico/profissional. Além disso, 8 (11,0%) concluíram mestrado, 3 (4,1%) doutoramento e 2 (2,7%) possuem pós-graduação.

A análise das nacionalidades revelou diversidade, com maior concentração do Reino Unido ($n = 21$; 28,8%), Brasil ($n = 13$; 17,8%) e Holanda ($n = 11$; 15,1%). Angola ($n = 5$; 6,8%), Bélgica ($n = 4$; 5,5%), e Israel ($n = 4$; 5,5%) também tiveram representação significativa. Outros países, como Alemanha, Espanha e Estados Unidos, contribuíram com 2 a 3 participantes cada, enquanto África do Sul, Argentina, Chile, Eslováquia, França, Índia, Polónia, Síria e Sudão registaram apenas 1 participante (1,4%) cada, evidenciando uma amostra internacional.

Em relação à religião ou crença espiritual, predominou a ausência de filiação religiosa ($n = 41$; 56,2%). Grupos como “outro”, Católica e Protestante Evangélica apresentaram cada um 8 participantes (11,0%). Sete participantes (9,6%) preferiram não responder e apenas 1 (1,4%) se identificou com a religião islâmica. Estes resultados apontam para uma maioria sem religião declarada, acompanhada por um leque variado de crenças específicas, embora estas estejam presentes em menor proporção.

Secção A — Trajetória migratória

Na Tabela 5 é possível consultar os dados acerca do tempo de residência em Portugal. Globalmente, observa-se que a maior parte dos/as participantes reside no país há mais de 7 anos (38,4%; $n = 28$), seguida pelos que estão há 1 a 3 anos (23,3%; $n = 17$) e entre 5 e 7 anos (16,4%; $n = 12$). Períodos mais curtos de residência, inferiores a 1 ano, são pouco frequentes (6,8% no total).

Ao comparar por sexo: as pessoas do sexo feminino concentram-se mais nas categorias de longa duração (>7 anos, 34,0%), enquanto as do sexo masculino apresentam proporção ainda maior de residência prolongada (50,0%). Não há pessoas do sexo masculino na faixa inferior a 1 ano de residência, indicando que a entrada recente nesta subamostra é predominantemente feminina.

Em síntese, a análise evidencia que uma parte significativa da amostra possui longa residência em Portugal, com as pessoas do sexo feminino mais representadas entre residentes de longa duração, refletindo estabilidade relativa na permanência deste grupo.

Tabela 5

Tempo de Residência em Portugal Consoante o Sexo

	Feminino <i>n</i> (%)	Masculino <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Menos de 6 meses	3 (5,7%)	0 (0,0%)	3 (4,1%)
6 meses a 1 ano	2 (3,8%)	0 (0,0%)	2 (2,7%)
De 1 a 3 anos	13 (24,5%)	4 (20,0%)	17 (23,3%)
De 3 a 5 anos	9 (17,0%)	2 (10,0%)	11 (15,1%)
De 5 a 7 anos	8 (15,1%)	4 (20,0%)	12 (16,4%)
Mais de 7 anos	18 (34,0%)	10 (50,0%)	28 (38,4%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A Tabela 6 detalha os motivos de migração para Portugal, sendo possível observar que a principal razão é a procura de melhores condições de vida (54,8%; $n = 40$), seguida por outras razões (24,7%; $n = 18$) e motivos políticos, religiosos, humanitários ou de saúde (11,0%; $n = 8$). Motivos relacionados com família representam 6,8% ($n = 5$), enquanto prosseguir estudos é menos frequente (2,7%; $n = 2$).

Na desagregação por sexo, são notórias diferenças: as pessoas do sexo feminino apresentam uma maior diversidade de motivações, distribuindo-se pela procura de melhores condições de vida (52,8%), outras razões (30,2%), motivos familiares (7,5%) e prosseguimento de estudos (3,8%). Por sua vez, as pessoas do sexo masculino concentram-se sobretudo na melhoria das condições de vida (60,0%) e em motivos políticos, religiosos, humanitários ou de saúde (25,0%), sendo os motivos familiares e educacionais minoritários em ambos os grupos.

Em suma, a análise evidencia que a melhoria das condições de vida é o motor central da migração, com as pessoas do sexo feminino a evidenciar maior diversidade de motivações, enquanto os homens tendem a migrar por razões económicas ou humanitárias específicas.

Tabela 6

Razão da Saída do País de Origem Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Procura de melhores condições de vida	28 (52,8%)	12 (60%)	40 (54,8%)
Acompanhar/reunir-se à família	4 (7,5%)	1 (5,0%)	5 (6,8%)
Prosseguimento de estudos	2 (3,8%)	0 (0,0%)	2 (2,7%)
Motivos políticos/religiosos/humanitários/saúde	3 (5,7%)	5 (25,0%)	8 (11,0%)
Outra(s)	16 (30,2%)	2 (10,0%)	18 (24,7%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A Tabela 7 compila os tipos de visto ou documentos de entrada em Portugal. Os tipos mais frequentes são visto uniforme (Schengen) e outros tipos de visto/documento, ambos com 39,7% ($n = 29$), seguidos de visto de turista (11,0%; $n = 8$). Vistos de curta duração, de trabalho ou de residência CPLP e inclusões no passaporte dos pais apresentam incidência mais baixa, cada um inferior a 3%.

Ao comparar por sexo, não se observam diferenças expressivas: as pessoas do sexo feminino concentram-se em visto uniforme (35,8%) e outros tipos de visto (43,4%), enquanto homens predominam em visto uniforme (50,0%), com menor diversidade de outros tipos de visto (30,0%). Vistos específicos, como de trabalho ou residência CPLP, ocorrem quase exclusivamente entre pessoas do sexo feminino.

Em suma, a análise evidencia que a entrada em Portugal ocorreu predominantemente por vistos gerais ou outros documentos, com as pessoas do sexo feminino a evidenciarem maior diversidade de modalidades de entrada, enquanto as pessoas do sexo masculino concentram-se mais no visto uniforme.

Tabela 7

Documentação Para a Entrada em Portugal Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Visto uniforme (Schengen)	19 (35,8%)	10 (50,0%)	29 (39,7%)
Visto de curta duração (válido para Portugal)	1 (1,9%)	1 (5,0%)	2 (2,7%)
Visto de turista (visto de curta duração)	6 (11,3%)	2 (10,0%)	8 (11,0%)
Visto de trabalho	2 (3,8%)	0 (0,0%)	2 (2,7%)
Visto de residência CPLP	2 (3,8%)	0 (0,0%)	2 (2,7%)
Estava incluído no passaporte dos pais	0 (0,0%)	1 (5,0%)	1 (1,4%)
Outro tipo de visto/documento	23 (43,4%)	6 (30,0%)	29 (39,7%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A situação documental para a entrada em Portugal, pode ser consultada na Tabela 8, sendo possível observar que a maioria possui autorização de residência regular (68,5%; $n = 50$), seguida por processos em resolução na AIMA (12,3%; $n = 9$) e autorizações de residência CPLP (8,2%; $n = 6$). Vistos de estada temporária e outras situações são minoritários, representando menos de 10% do total.

Quando analisado por sexo, embora quer as pessoas do sexo feminino, quer as pessoas do sexo masculino evidenciam grande proporção de autorização de residência regular (66,0% vs. 75,0% das pessoas do sexo masculino), verificam-se algumas diferenças nos processos em resolução na AIMA (15,1% vs. 5,0%).

Em traços gerais, a análise evidencia que a regularização documental é predominante, entre homens e pessoas do sexo feminino.

Tabela 8

Atual Estatuto de Permanência em Portugal Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Possuo autorização de residência	35 (66,0%)	15 (75,0%)	50 (68,5%)
Possuo autorização de residência CPLP	5 (9,4%)	1 (5,0%)	6 (8,2%)

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Possuo visto de estada temporária	1 (1,9%)	0 (0,0%)	1 (1,4%)
Processo em resolução na AIMA	8 (15,1%)	1 (5,0%)	9 (12,3%)
Outras situações	4 (7,5%)	3 (15,0%)	7 (9,6%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

Na Tabela 9 apresenta-se a posse ou intenção de obtenção de autorização de nacionalidade portuguesa.

De forma geral, verifica-se que a maioria não possui nacionalidade, mas pretende obtê-la (52,1%; $n = 38$), enquanto 39,7% ($n = 29$) não possui e não pretende obter. Apenas 8,2% ($n = 6$) já possuem nacionalidade.

Ao comparar por sexo, observam-se diferenças relevantes: as pessoas do sexo feminino apresentam maior proporção de não possuir e pretender obter a nacionalidade portuguesa (56,6%), enquanto entre as pessoas do sexo masculino predomina a ausência de posse e de intenção de obtê-la (45,0%). A posse efetiva é semelhante entre os sexos (5,7% entre as pessoas do sexo feminino e 15,0% entre as pessoas do sexo masculino).

Em síntese, a análise evidencia que a maioria da subamostra ainda não possui a nacionalidade portuguesa, sendo as pessoas do sexo feminino as que mais manifestam intenção de adquiri-la, enquanto as pessoas do sexo masculino revelam menor propensão à regularização, refletindo possíveis diferenças nas estratégias de integração e inserção formal no contexto nacional.

Tabela 9

Condição e Intenção de Obtenção da Nacionalidade Portuguesa Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Sim, já tenho	3 (5,7%)	3 (15,0%)	6 (8,2%)
Não tenho e pretendo obtê-la	30 (56,6%)	8 (40,0%)	38 (52,1%)

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Não tenho e não pretendo obtê-la	20 (37,7%)	9 (45,0%)	29 (39,7%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

Os motivos para a escolha da região de residência em Portugal estão apresentados na Tabela 10.

É possível analisar que os fatores mais mencionados foram gostar das características da região (clima, paisagem, ambiente) (46,6%; $n = 34$), preços mais baixos da habitação (19,2%; $n = 14$) e ter familiares ou amigos na região (11,0%; $n = 8$). Motivos relacionados com oferta de trabalho ou custo de vida acessível são minoritários, representando menos de 5% cada.

Ao considerar a variável sexo, observam-se diferenças expressivas: as pessoas do sexo feminino destacam-se pela valorização das características da região, como clima, paisagem e ambiente, (39,6%) e pelos preços mais baixos da habitação (20,8%), enquanto entre as pessoas do sexo masculino predomina quase exclusivamente a apreciação das características regionais (65,0%), havendo menor dispersão nos restantes motivos. Ter familiares ou amigos/as na região mostra-se mais relevante para as pessoas do sexo feminino (13,2%) do que para as pessoas do sexo masculino (5,0%).

Em suma, a análise evidencia que os atributos ambientais e habitacionais são fatores determinantes na escolha da região de residência, com as pessoas do sexo feminino a revelarem maior diversidade de motivações, enquanto as pessoas do sexo masculino tendem a centrar-se mais nos aspetos naturais e ambientais.

Tabela 10

Motivos Para a Escolha do Local de Residência Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Porque tenho familiares ou amigos aqui	7 (13,2%)	1 (5,0%)	8 (11,0%)
Recebi uma oferta de trabalho	1 (1,9%)	1 (5,0%)	2 (2,7%)
Preços mais baixos da habitação	11 (20,8%)	3 (15,0%)	14 (19,2%)

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
O custo de vida é mais acessível	3 (5,7%)	0 (0,0%)	3 (4,1%)
Gosto das características da região (clima, paisagem, ambiente)	21 (39,6%)	13 (65,0%)	34 (46,6%)
Outro	10 (18,9%)	2 (10,0%)	12 (16,4%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A Tabela 11 mostra a situação de chegada a Portugal, evidenciando que a maioria das pessoas chegaram acompanhadas de familiares (68,5%; $n = 50$), enquanto 26,0% ($n = 19$) chegaram sozinhas. Apoio de amigos/as, organizações ou recrutamento por empresas são menos frequentes, representando menos de 10% do total.

Sintetizando, a análise evidencia que a chegada a Portugal ocorre predominantemente por meio de redes familiares, com pessoas do sexo feminino e masculino a apresentar padrões muito semelhantes, embora as pessoas do sexo masculino apresentem ligeiramente maior diversidade em formas de entrada, como recrutamento por empresas.

Tabela 11

Condições de Chegada a Portugal Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sozinho/a	14 (26,4%)	5 (25,0%)	19 (26,0%)
Com familiares	36 (67,9%)	14 (70,0%)	50 (68,5%)
Com apoio de amigos, organizações ou outras pessoas	3 (5,7%)	1 (5,0%)	4 (5,5%)
Recrutado/a por uma empresa ou patrão	1 (1,9%)	2 (10,0%)	3 (4,1%)
Outro	1 (1,9%)	0 (0,0%)	1 (1,4%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

Com a questão: “Pensa trazer para Portugal algumas das pessoas familiares e/ou amigos que ainda estão no seu país de origem?” procurou-se identificar a intenção dos/das

participantes em relação à vinda de familiares e/ou amigos para Portugal, em função do sexo.

Como se observa na Tabela 12, apenas 27,4% dos/das participantes responderam “Sim” à questão, o que corresponde a 20 pessoas, face a 72,6% (53 pessoas) que responderam “Não”, evidenciando uma clara maioria sem intenção de reagrupamento familiar no curto prazo. Entre as mulheres, a proporção de respostas afirmativas foi de 24,5% (13 em 53), enquanto entre os homens esse valor atingiu 35,0% (7 em 20). Portanto, embora os homens se mostrem ligeiramente mais propensos a responder “Sim” do que as mulheres, o dado central é que, em ambos os sexos, predomina a resposta negativa à possibilidade de trazer familiares e/ou amigos para Portugal.

Tabela 12

Intenção de Reagrupamento Familiar em Portugal Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Sim	13 (24,5%)	7 (35,0%)	20 (27,4%)
Não	40 (75,5%)	13 (65,0%)	53 (72,6%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

Secção B — Redes de Apoio e Condições de Integração

Com a questão sobre se receberam algum apoio desde a chegada a Portugal, procurou-se identificar o grau de suporte inicial disponível para os/as participantes, distinguindo-o por sexo. A Tabela 13 mostra que a maioria (63,0%) não recebeu qualquer apoio, enquanto 37,0% referiram ter beneficiado de algum tipo de suporte. Entre as mulheres, 37,7% indicaram ter recebido apoio, valor muito próximo ao observado nos homens (35,0%), o que sugere uma distribuição relativamente semelhante entre sexos, embora com uma ligeira predominância feminina nas respostas afirmativas.

Assim, o dado mais relevante é que, independentemente do sexo, predomina a ausência de apoio desde a chegada, afetando cerca de dois terços dos/das participantes. De

forma complementar, a proporção de quem recebeu algum tipo de suporte permanece limitada, o que indica que as redes de apoio formais ou informais disponíveis no momento de chegada são reduzidas para a maioria das pessoas inquiridas.

Tabela 13

Apoio Recebido Desde a Chegada a Portugal

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Sim	20 (37,7%)	7 (35,0%)	27 (37,0%)
Não	33 (62,3%)	13 (65,0%)	46 (63,0%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A Tabela 14 agrega as principais dificuldades enfrentadas na integração em Portugal.

Entre os desafios mais reportados estão: falar e entender português (49,3%; $n = 36$), uso de serviços *online* para imigrantes (32,9%; $n = 24$), acesso à saúde (30,1%; $n = 22$) e questões relacionadas com trabalho (23,3%; $n = 17$). Outras dificuldades, como diferenças culturais, habitação e experiências de discriminação, são menos frequentes, cada uma representando cerca de 5 a 14% da amostra.

Quando analisado por sexo, constata-se diferenças expressivas: as pessoas do sexo feminino enfrentam maior diversidade e intensidade de dificuldades, especialmente em falar e entender português (32,9% vs. 16,4% nas pessoas do sexo masculino), acesso à saúde (24,7% vs. 5,5%) e uso de serviços online (26,0% vs. 6,8%). As pessoas do sexo masculino reportam dificuldades em menor escala, concentrando-se sobretudo na língua.

Em resumo, a análise evidencia que a barreira linguística, o acesso a serviços e o trabalho constituem os principais desafios de integração, com as pessoas do sexo feminino a enfrentar obstáculos mais variados e intensos que as pessoas do sexo masculino.

Tabela 14

Dificuldades Enfrentadas em Portugal Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Nenhuma dificuldade	6 (8,2%)	2 (2,7%)	8 (11,0%)
Falar e entender português	24 (32,9%)	12 (16,4%)	36 (49,3%)
Usar serviços online para imigrantes (ex.: AIMA)	19 (26,0%)	5 (6,8%)	24 (32,9%)
Entender regras para viver/trabalhar em Portugal	8 (11,0%)	2 (2,7%)	10 (13,7%)
Acesso à saúde	18 (24,7%)	4 (5,5%)	22 (30,1%)
Trabalho (encontrar emprego ou trabalhar na minha área)	14 (19,2%)	3 (4,1%)	17 (23,3%)
Reconhecimento de estudos/cursos do estrangeiro	6 (8,2%)	1 (1,4%)	7 (9,6%)
Diferenças culturais	4 (5,5%)	0 (0,0%)	4 (5,5%)
Casa para viver (preço ou disponibilidade)	7 (9,6%)	3 (4,1%)	10 (13,7%)
Ser tratado/a mal por causa da minha origem, cor, religião, sotaque, etc. (incluindo online)	6 (8,2%)	4 (5,5%)	10 (13,7%)
Outro	8 (11,0%)	2 (2,7%)	10 (13,7%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

A Tabela 15 apresenta os aspetos considerados importantes para a inclusão social.

Os aspetos mais positivos referidos incluem: comunicação em português (67,1%; $n = 49$), acesso a cuidados de saúde (64,4%; $n = 47$), ter casa para viver (60,3%; $n = 44$), trabalho (49,3%; $n = 36$) e participação em atividades da comunidade (60,3%; $n = 44$). O estabelecimento de redes sociais, tanto com portugueses quanto com pessoas da mesma nacionalidade, também se destaca, com 56,2% e 37,0%, respetivamente, referindo experiências positivas.

Ao comparar por sexo, observa-se que as pessoas do sexo feminino relatam perceções de integração mais amplas e consistentes do que as pessoas do sexo masculino em quase todas as dimensões: comunicação em português (49,3% vs. 17,8%), trabalho (42,5% vs. 6,8%), acesso a cuidados de saúde (48,0% vs. 16,4%) e participação comunitária (46,6% vs. 13,7%). As pessoas do sexo masculino tendem a reportar menores níveis de

integração percebida, sendo as diferenças mais expressivas nas áreas de trabalho e relações sociais.

Em síntese, a análise evidencia que as pessoas do sexo feminino experienciam uma integração mais ampla e positiva, enquanto as pessoas do sexo masculino enfrentam desafios persistentes, sobretudo no emprego, na rede social e na comunicação.

Tabela 15

Aspetos Considerados Importantes para a Integração em Portugal Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Comunicar em português	36 (49,3%)	13 (17,8%)	49 (67,1%)
Ter trabalho	31 (42,5%)	5 (6,8%)	36 (49,3%)
Ter casa para viver (comprada ou arrendada)	32 (43,8%)	12 (16,4%)	44 (60,3%)
Ter acesso a cuidados de saúde	35 (48,0%)	12 (16,4%)	47 (64,4%)
Ter os/as filhos/as na escola	23 (31,5%)	4 (5,5%)	27 (37,0%)
Estar junto da família	23 (31,5%)	4 (5,5%)	27 (37,0%)
Ter amigos/as portugueses	32 (43,8%)	9 (12,3%)	41 (56,2%)
Ter amigos/as da sua nacionalidade ou cultura	21 (28,8%)	6 (8,2%)	27 (37,0%)
Ser tratado/a de forma justa, sem ser maltratado/a ou rejeitado/a por causa da sua cor de pele, origem, religião, língua ou outra razão	28 (38,4%)	10 (13,7%)	38 (52,1%)
Participar em atividades da comunidade	34 (46,6%)	10 (13,7%)	44 (60,3%)
Outro	5 (6,8%)	0 (0,0%)	5 (6,8%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

Secção C — Habitação e Saúde

No que diz respeito à perceção da própria situação habitacional, é possível observar que a maioria dos sujeitos reside em casa própria (61,6%; $n = 45$) ou em habitação arrendada

(28,8%; $n = 21$), enquanto situações como morar com familiares ou amigos são menos frequentes (Tabela 16).

Ao considerar a variável sexo, observa-se que as pessoas do sexo feminino apresentam maior diversidade nas formas de habitação: 56,6% residem em casa própria e 34,0% em habitação arrendada. Entre as pessoas do sexo masculino, a maior parte reside em casa própria (75,0%), com proporções menores em casas arrendadas (15,0%) ou outras formas de acomodação.

Em síntese, as pessoas do sexo feminino demonstram uma diversidade ligeiramente maior nas formas de habitação, enquanto as pessoas do sexo masculino concentram-se predominantemente em casas próprias, refletindo diferenças nos padrões de acesso e estratégias de acomodação.

Tabela 16

Espaço Habitacional dos/as Participantes Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Casa própria	30 (56,6%)	15 (75,0%)	45 (61,6%)
Casa de familiares	3 (5,7%)	0 (0,0%)	3 (4,1%)
Casa arrendada	18 (34,0%)	3 (15,0%)	21 (28,8%)
Casa de amigos	0 (0,0%)	1 (5,0%)	1 (1,4%)
Quarto	0 (0,0%)	1 (5,0%)	1 (1,4%)
Outra	2 (3,8%)	0 (0,0%)	2 (2,7%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A Tabela 17 apresenta a perceção das condições habitacionais das pessoas migrantes que integram esta amostra.

Globalmente, a maioria considera as condições de habitação como muito boas (47,9%; $n = 35$) ou boas (34,2%; $n = 25$), sendo raras as avaliações de qualidade razoável ou má.

Ao comparar por sexo, observa-se que tanto pessoas do sexo feminino quanto homens atribuem avaliações predominantemente positivas à qualidade de vida, com 47,2% das

peessoas do sexo feminino e 50,0% das pessoas do sexo masculino classificando-a como “muito boa”. Entre as pessoas do sexo feminino, 32,1% consideram a qualidade de vida “boa”, enquanto entre as pessoas do sexo masculino essa proporção é de 40,0%. Avaliações “razoáveis” ou “más” são mais frequentes entre as pessoas do sexo feminino (20,8%) do que entre as pessoas do sexo masculino (10,0%).

Em síntese, a perceção da qualidade de vida é maioritariamente positiva em ambos os sexos, com pequenas diferenças na distribuição das avaliações: as pessoas do sexo feminino apresentam uma maior proporção de avaliações intermediárias, enquanto as pessoas do sexo masculino concentram-se nas categorias mais extremas (“muito boas” ou “boas”).

Tabela 17

Avaliação das Condições Habitacionais Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Muito boas	25 (47,2%)	10 (50,0%)	35 (47,9%)
Boas	17 (32,1%)	8 (40,0%)	25 (34,2%)
Razoáveis	11 (20,8%)	1 (5,0%)	12 (16,4%)
Más	0 (0,0%)	1 (5,0%)	1 (1,4%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A Tabela 18 apresenta as dificuldades encontradas na procura de habitação. A maioria dos sujeitos indica não ter enfrentado dificuldades (68,5%; $n = 50$). Barreiras como preço elevado da renda (13,7%; $n = 10$) ou exigência de documentos e caução foram relatadas por uma minoria.

Ao analisar por sexo, observa-se que a maioria das pessoas não enfrentou dificuldades na procura de habitação, tanto entre pessoas do sexo feminino (67,9%) quanto entre homens (70,0%). Entre as pessoas do sexo feminino, uma proporção considerável relatou barreiras relacionadas com documentos, caução ou preço das rendas (22,7%), enquanto entre as pessoas do sexo masculino essas dificuldades foram ligeiramente mais frequentes (30,0%), mas concentradas principalmente no preço da renda e caução.

Em síntese, apesar da predominância de experiências positivas, as pessoas do sexo feminino apresentam uma diversidade maior de dificuldades relatadas, incluindo barreiras financeiras e burocráticas, enquanto as pessoas do sexo masculino enfrentam obstáculos mais pontuais e concentrados.

Tabela 18

Dificuldades Enfrentadas para Encontrar Habitação em Portugal Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Sim, pediam muitos documentos	3 (5,7%)	0 (0,0%)	3 (4,1%)
Sim, caução (depósito) muito alta	3 (5,7%)	2 (10,0%)	5 (6,8%)
Sim, o preço das rendas era muito caro	6 (11,3%)	4 (20,0%)	10 (13,7%)
Não tive dificuldades	36 (67,9%)	14 (70,0%)	50 (68,5%)
Não procurei casa em Portugal	5 (9,4%)	0 (0,0%)	5 (6,8%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

Como pode ser consultado na Tabela 19, cerca de um terço dos inquiridos está registado no centro de saúde próximo de casa (30,1%; $n = 22$), já utilizou o Serviço Nacional de Saúde (27,4%; $n = 20$) ou possui médico de família (27,4%; $n = 20$). Uma minoria relatou tratamento inadequado (5,5%; $n = 4$) ou não procurou serviços de saúde em Portugal (8,2%; $n = 6$).

Ao comparar por sexo, observa-se que tanto pessoas do sexo feminino quanto do masculino apresentam níveis semelhantes de acesso e utilização de serviços de saúde. Entre as pessoas do sexo feminino, 30,2% estão registadas no centro de saúde próximo de casa, 24,5% já utilizaram o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e 28,3% têm médico(a) de família. Entre as pessoas do sexo masculino, 30,0% estão registados no centro de saúde, 35,0% já utilizaram o SNS e 25,0% têm médico(a) de família. Experiências negativas, como ser maltratado ao procurar cuidados, foram relatadas por 5,7% das pessoas do sexo feminino e 5,0% das pessoas do sexo masculino.

Em síntese, a análise evidencia que a maioria dos indivíduos possui acesso básico à saúde, com padrões de utilização relativamente semelhantes entre pessoas do sexo

feminino e masculino, havendo pequenas diferenças nas formas de integração no sistema de saúde.

Tabela 19

Acesso e Experiências no Sistema de Saúde em Portugal Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Estou registado/a no centro de saúde perto de casa	16 (30,2%)	6 (30,0%)	22 (30,1%)
Já usei o Serviço Nacional de Saúde (SNS)	13 (24,5%)	7 (35,0%)	20 (27,4%)
Tenho médico/a de família	15 (28,3%)	5 (25,0%)	20 (27,4%)
Já fui maltratado/a ao procurar cuidados de saúde	3 (5,7%)	1 (5,0%)	4 (5,5%)
Já tive um acidente no trabalho	1 (1,9%)	0 (0,0%)	1 (1,4%)
Não procurei serviços de saúde em Portugal	5 (9,4%)	1 (5,0%)	6 (8,2%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

Secção D — Educação, Qualificações e Mercado de Trabalho

A Tabela 20 apresenta a formação académica das pessoas participantes neste estudo, sendo possível observar que a maioria dos/as participantes possui ensino superior: 45,2% ($n = 33$) têm licenciatura/bacharelato, 11,0% ($n = 8$) possuem mestrado e 4,1% ($n = 3$) detêm doutoramento, enquanto 30,1% ($n = 22$) completaram apenas o ensino secundário. As formações técnicas e pós-graduações são menos frequentes (6,8% e 2,7%, respetivamente).

Ao desagregar por sexo, observa-se que as pessoas do sexo feminino apresentam maior proporção de ensino superior, destacando-se em licenciatura/bacharelato (49,1%; $n =$

26) e mestrado (11,3%; $n = 6$). Entre as pessoas do sexo masculino, a maior concentração encontra-se no secundário (30,0%; $n = 6$) e técnico/profissional (15,0%; $n = 3$), embora apresentem proporção relativamente alta em licenciatura/bacharelato (35,0%; $n = 7$) e doutoramento (10,0%; $n = 2$).

Em síntese, a amostra feminina evidencia maior representatividade em categorias de ensino superior inicial e médio (licenciatura e mestrado), enquanto as pessoas do sexo masculino estão relativamente mais presentes em níveis de escolaridade média e em doutoramento, refletindo padrões distintos de qualificação académica.

Tabela 20

Escolaridade Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Secundário (10.º-12.º)	16 (30,2%)	6 (30,0%)	22 (30,1%)
Técnico / Profissional	2 (2,8%)	3 (15,0%)	5 (6,8%)
Licenciatura / Bacharelato	26 (49,1%)	7 (35,0%)	33 (45,2%)
Mestrado	6 (11,3%)	2 (10,0%)	8 (11,0%)
Doutoramento	1 (1,9%)	2 (10,0%)	3 (4,1%)
Pós-graduação	2 (3,8%)	0 (0,0%)	2 (2,7%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A Tabela 21 descreve a situação do reconhecimento de estudos ou qualificações estrangeiras. Observa-se que 13,7% ($n = 10$) já realizaram estudos escolares ou universitários cujo reconhecimento está em análise. Outros 5,5% ($n = 4$) estão atualmente a pedir o reconhecimento, enquanto 1,4% ($n = 1$) tentaram, mas o pedido foi recusado. Uma parte considerável dos/as participantes ainda não solicitou o reconhecimento ou desconhece o procedimento: 28,8% ($n = 21$) ainda não pediu e 13,7% ($n = 10$) não sabia que era possível. Adicionalmente, 35,6% das pessoas participantes ($n = 26$) encontram-se em uma “outra situação” que não se enquadra nas categorias anteriores.

Ao analisar por sexo, observa-se que as pessoas do sexo feminino apresentam maior representatividade em categorias como “outra situação” (35,8%; $n = 19$), enquanto as pessoas do sexo masculino concentram-se em “ainda não pedi” (40,0%; $n = 8$) e apresentam menor participação em outras categorias do processo de reconhecimento. Embora as pessoas do sexo feminino pareçam estar mais ativas ou informadas em alguns aspetos do reconhecimento de estudos, os dados mostram que ambos os sexos apresentam níveis consideráveis de desconhecimento ou atraso em relação ao processo.

Em suma, a análise evidencia que há um grau significativo de falta de reconhecimento de estudos entre os participantes, com padrões ligeiramente diferentes entre pessoas do sexo feminino e masculino, refletindo diferenças no conhecimento ou envolvimento no processo.

Tabela 21

Reconhecimento de Estudos e Cursos Realizados no Estrangeiro Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Sim, estudos escolares ou universitários	6 (11,3%)	4 (20,0%)	10 (13,7%)
Sim, curso profissional ou técnico	1 (1,9%)	0 (0,0%)	1 (1,4%)
Estou a fazer o pedido de reconhecimento	4 (7,5%)	0 (0,0%)	4 (5,5%)
Tentei, mas foi recusado	1 (1,9%)	0 (0,0%)	1 (1,4%)
Ainda não pedi	13 (24,5%)	8 (40,0%)	21 (28,8%)
Não sabia que era possível fazer esse pedido	9 (17,0%)	1 (5,0%)	10 (13,7%)
Outra situação	19 (35,8%)	7 (35,0%)	26 (35,6%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A situação profissional dos/as inquiridos/as pode ser consultada na Tabela 22, observando-se que 30,1% ($n = 22$) estão empregados/as, com representações semelhantes entre pessoas do sexo feminino (30,2%; $n = 16$) e masculino (30,0%; $n = 6$). A taxa de desemprego é de 19,2% ($n = 14$), predominante entre as pessoas do sexo feminino (24,5%; $n = 13$), enquanto entre as pessoas do sexo masculino é menor (5,0%; $n = 1$). Apenas 1,4% ($n = 1$) se identificou como estudante. A categoria “outra” – que

pode incluir trabalho informal, atividades não remuneradas ou situações diversas – representa 49,3% ($n = 36$) do total, sendo mais frequente entre as pessoas do sexo masculino (65,0%; $n = 13$) do que entre as pessoas do sexo feminino (43,4%; $n = 23$).

Resumindo, embora haja participantes empregados/as, uma grande proporção encontra-se em situações profissionais atípicas ou informais, com diferenças de distribuição entre sexos.

Tabela 22

Situação profissional atual

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Empregado/a	16 (30,2%)	6 (30,0%)	22 (30,1%)
Desempregado/a	13 (24,5%)	1 (5,0%)	14 (19,2%)
Estudante	1 (1,9%)	0 (0,0%)	1 (1,4%)
Outra	23 (43,4%)	13 (65,0%)	36 (49,3%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

Na Tabela 23 apresenta-se o grau de satisfação com a situação profissional atual, sendo possível observar que 8,2% estão muito satisfeitos/as ($n = 6$) e 20,5% estão satisfeitos/as ($n = 15$). A insatisfação é relatada por 11,0% ($n = 8$), enquanto 13,7% ($n = 10$) ainda não conseguiram trabalho. A categoria “não se aplica”, possivelmente relacionada com pessoas que não estão no mercado de trabalho, representa 46,6% ($n = 34$).

Em suma, menos da metade dos/as participantes expressa satisfação com sua situação profissional, sendo que uma proporção significativa não está diretamente empregada ou está fora do mercado de trabalho.

Tabela 23

Grau de Satisfação com a Situação Profissional Atual *Consoante o Sexo*

	Feminino <i>n</i> (%)	Masculino <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Muito satisfeito/a	4 (7,5%)	2 (10,0%)	6 (8,2%)
Satisfeito/a	13 (24,5%)	2 (10,0%)	15 (20,5%)
Insatisfeito/a	4 (7,5%)	4 (20,0%)	8 (11,0%)
Ainda não consegui trabalho	9 (17,0%)	1 (5,0%)	10 (13,7%)
Não se aplica	23 (43,4%)	11 (55,0%)	34 (46,6%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A Tabela 24 descreve as formas pelas quais os/as 73 participantes conseguiram trabalho. Observa-se que 17,8% ($n = 13$) obtiveram emprego com apoio de familiares ou amigos/as, correspondendo a 22,6% das pessoas do sexo feminino ($n = 12$) e 5,0% das pessoas do sexo masculino ($n = 1$). Apenas 1,4% ($n = 1$) foi recrutado por uma pessoa ou empresa do país de origem. Responder a anúncios de emprego foi o caminho para 8,2% ($n = 6$), enquanto 1,4% ($n = 1$) foi contactado diretamente por um/a empregador/a. Um destaque é que 31,5% ($n = 23$) criou o próprio emprego, com maior representatividade feminina (35,8%; $n = 19$) em relação às pessoas do sexo masculino (20,0%; $n = 4$). Entre os/as participantes, 17,8% ($n = 13$) ainda não conseguiram trabalho, e 32,9% ($n = 24$) se enquadram em “outra situação”, predominando entre as pessoas do sexo masculino (55,0%; $n = 11$).

Em síntese, observa-se diversidade nas formas de inserção laboral, com destaque para o empreendedorismo feminino e um número considerável de participantes ainda sem emprego, além de diferenças de padrão entre sexos nas categorias de “outra situação” e emprego próprio.

Tabela 24

Forma de Obtenção do Emprego Atual em Portugal Consoante o Sexo

	Feminino <i>n</i> (%)	Masculino <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Com apoio de familiares ou amigos/as	12 (22,6%)	1 (5,0%)	13 (17,8%)
Através de uma pessoa ou empresa que o/a recrutou no país de origem	1 (1,9%)	0 (0,0%)	1 (1,4%)

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Respondi a um anúncio	4 (7,5%)	2 (10,0%)	6 (8,2%)
Fui contactado diretamente por um/a empregador/a	0 (0,0%)	1 (5,0%)	1 (1,4%)
Criei o meu próprio emprego	19 (35,8%)	4 (20,0%)	23 (31,5%)
Ainda não consegui trabalho	11 (20,8%)	2 (10,0%)	13 (17,8%)
Outra situação	13 (24,5%)	11 (55,0%)	24 (32,9%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

A perceção da própria capacidade de conversar em português sobre assuntos pessoais e expressar opinião entre as/os respondentes pode ser consultada na Tabela 25. Entre as pessoas do sexo feminino, 32,1% consideram-se capazes de fazê-lo “muito bem”, 24,5% “bem”, 13,2% “moderadamente”, 22,6% “pouco” e 7,5% “nada bem”. Entre as pessoas do sexo masculino, 35,0% indicam “muito bem”, 5,0% “bem”, 15,0% “moderadamente”, 25,0% “pouco” e 20,0% “nada bem”.

No total, 32,9% dos/as participantes conseguem conversar “muito bem”, 19,2% “bem”, 13,7% “moderadamente”, 23,3% “pouco” e 11,0% “nada bem”. Observa-se que, embora uma proporção expressiva se sinta relativamente bem, uma parcela significativa ainda enfrenta dificuldades na sua adaptação linguística.

Tabela 25

Grau de Proficiência em Português para Comunicação Pessoal Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Muito bem	17 (32,1%)	7 (35,0%)	24 (32,9%)
Bem	13 (24,5%)	1 (5,0%)	14 (19,2%)
Moderadamente	7 (13,2%)	3 (15,0%)	10 (13,7%)
Pouco	12 (22,6%)	5 (25,0%)	17 (23,3%)
Nada bem	4 (7,5%)	4 (20,0%)	8 (11,0%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A Tabela 26 apresenta a perceção dos/as respondentes sobre a sua capacidade de compreender notícias em português. Entre as pessoas do sexo feminino, 37,7% consideram-se “muito bem”, 22,6% “bem”, 24,5% “moderadamente”, 13,2% “pouco” e 1,9% “nada bem”. Entre as pessoas do sexo masculino, 35,0% indicam “muito bem”, 5,0% “bem”, 20,0% “moderadamente”, 20,0% “pouco” e 20,0% “nada bem”.

No total, 37,0% dos/as participantes sentem-se “muito bem”, 17,8% “bem”, 23,3% “moderadamente”, 15,1% “pouco” e 6,8% “nada bem”. Os resultados indicam que, embora a maioria avalie positivamente a sua capacidade de trabalhar em Portugal, uma parcela significativa ainda enfrenta desafios ou sente-se pouco preparada.

Tabela 26

Grau de Compreensão de Notícias em Português

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Muito bem	20 (37,7%)	7 (35,0%)	27 (37,0%)
Bem	12 (22,6%)	1 (5,0%)	13 (17,8%)
Moderadamente	13 (24,5%)	4 (20,0%)	17 (23,3%)
Pouco	7 (13,2%)	4 (20,0%)	11 (15,1%)
Nada bem	1 (1,9%)	4 (20,0%)	5 (6,8%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A capacidade dos/as participantes de utilizar ferramentas digitais ou tecnologias está apresentada na Tabela 27. Entre as pessoas do sexo feminino, 3,8% têm uso muito básico ou não utilizam, 9,4% conseguem realizar tarefas simples, 26,4% conseguem usar para a maioria das tarefas e 60,4% usam com facilidade para qualquer tarefa. Entre as pessoas do sexo masculino, 0% apresentam uso muito básico, 15,0% conseguem realizar tarefas simples, 5,0% conseguem usar para a maioria das tarefas e 80,0% utilizam com facilidade para qualquer tarefa.

No total, 2,7% dos/as participantes possuem uso muito básico, 11,0% conseguem realizar tarefas simples, 20,5% usam para a maioria das tarefas e 65,8% dominam as

ferramentas digitais com facilidade. Esses resultados indicam que a maioria dos/as participantes apresenta bom domínio das tecnologias, embora haja algumas diferenças entre sexos em níveis intermediários de competência.

Tabela 27

Autoperceção da Capacidade de Uso de Computador e Internet Consoante o Sexo

	Feminino <i>n</i> (%)	Masculino <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Muito básica/Não uso	2 (3,8%)	0 (0,0%)	2 (2,7%)
Consigo usar para algumas tarefas simples	5 (9,4%)	3 (15,0%)	8 (11,0%)
Consigo usar para a maioria das tarefas	14 (26,4%)	1 (5,0%)	15 (20,5%)
Uso com facilidade para qualquer tarefa	32 (60,4%)	16 (80,0%)	48 (65,8%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A Tabela 28 apresenta a distribuição, por sexo, dos/as participantes que têm filho(s) a frequentar alguma escola, creche ou outro estabelecimento de ensino em Portugal. Entre as 53 pessoas do sexo feminino, 58,5% ($n = 31$) indicaram que têm filho(s) a frequentar estabelecimento escolar, enquanto 41,5% ($n = 22$) não têm. Entre as 20 pessoas do sexo masculino, 35,0% ($n = 7$) possuem filho(s) na escola, creche ou estabelecimento de ensino, e 65,0% ($n = 13$) não possuem. No total, 52,1% dos/as participantes ($n = 38$) têm filho(s) frequentando estabelecimentos de ensino em Portugal, e 47,9% ($n = 35$) não têm. Esses resultados indicam que, na amostra total, uma ligeira maioria tem filho(s) a frequentar instituições educativas, com maior representatividade feminina nessa condição.

Tabela 28

Inscrição de Filhos/as em Estabelecimentos de Ensino e Facilidade de Matrícula Consoante o Sexo

	Feminino <i>n</i> (%)	Masculino <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Sim	31 (58,5%)	7 (35,0%)	38 (52,1%)
Não	22 (41,5%)	13 (65,0%)	35 (47,9%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

Secção E — Participação Social, Cívica e Religiosa

A participação ou envolvimento em atividades sociais e comunitárias dos/as inquiridos/as pode ser consultada na Tabela 29. Entre as 53 pessoas do sexo feminino, 84,9% ($n = 45$) participaram ou estiveram envolvidas, enquanto 15,1% ($n = 8$) não participaram. Entre as 20 pessoas do sexo masculino, 75,0% ($n = 15$) participaram e 25,0% ($n = 5$) não participaram.

No total, 82,2% dos/as participantes ($n = 60$) estiveram envolvidos em atividades sociais ou comunitárias, enquanto 17,8% ($n = 13$) não participaram. Esses resultados indicam que a grande maioria da amostra manteve algum nível de envolvimento social, com leve predominância feminina.

Tabela 29

Participação em Atividades Sociais e Comunitárias Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Sim	45 (84,9%)	15 (75,0%)	60 (82,2%)
Não	8 (15,1%)	5 (25,0%)	13 (17,8%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

A Tabela 30 apresenta a situação dos/as participantes quanto à inscrição no registo eleitoral. Entre as 53 pessoas do sexo feminino, 45,3% ($n = 24$) estão inscritas, enquanto 54,7% ($n = 29$) não estão. Entre as 20 pessoas do sexo masculino, 50,0% ($n = 10$) possuem inscrição e 50,0% ($n = 10$) não possuem.

No total, 46,6% dos/as participantes ($n = 34$) estão inscritos no registo eleitoral, e 53,4% ($n = 39$) não estão indicando que pouco mais da metade da amostra geral ainda não se encontra registada.

Tabela 30

Situação (Inscrição) de Registo Eleitoral Consoante o Sexo

	Feminino <i>n</i> (%)	Masculino <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Sim	24 (45,3%)	10 (50,0%)	34 (46,6%)
Não	29 (54,7%)	10 (50,0%)	39 (53,4%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

Na Tabela 31 analisa-se o tipo de religião ou crença espiritual dos/as inquiridos/as. De forma global, observa-se que a maioria das pessoas se declara sem religião, 56,2% ($n = 41$), seguida por categorias mais dispersas, como católicos, protestantes/evangélicos e “outros”, cada uma representando cerca de 11% da amostra, enquanto uma menor proporção prefere não responder ou identifica-se como islâmica.

Ao segmentar por sexo, observam-se diferenças na distribuição religiosa. Entre as pessoas do sexo feminino, a predominância do não religioso é clara, com 58,5% ($n = 31$), enquanto entre as pessoas do sexo masculino 50,0% ($n = 10$) se identificam como não religiosos. A categoria “Outra” é mais representativa entre as pessoas do sexo masculino (20,0%; $n = 4$) do que entre as pessoas do sexo feminino (7,5%; $n = 4$). As opções tradicionais, como católicos e protestantes/evangélicos, apresentam proporções relativamente equilibradas entre os sexos, enquanto a presença islâmica é registada apenas entre as pessoas do sexo masculino (5,0%; $n = 1$).

Estes dados indicam que a não filiação religiosa é particularmente expressiva entre as pessoas do sexo feminino da amostra, ao passo que as pessoas do sexo masculino demonstram uma diversidade ligeiramente maior nas opções religiosas.

Tabela 31

Identificação Religiosa ou Crença Espiritual Consoante o Sexo

	Feminino <i>n</i> (%)	Masculino <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Outra	4 (7,5%)	4 (20,0%)	8 (11,0%)
Sem religião	31 (58,5%)	10 (50,0%)	41 (56,2%)
Prefiro não responder	6 (11,3%)	1 (5,0%)	7 (9,6%)
Católica	6 (11,3%)	2 (10,0%)	8 (11,0%)

	Feminino <i>n</i> (%)	Masculino <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Protestante Evangélica	6 (11,3%)	2 (10,0%)	8 (11,0%)
Islâmica	0 (0,0%)	1 (5,0%)	1 (1,4%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

Secção F — Participação Comunitária

A Tabela 32 refere-se à percepção de inclusão social na amostra total de 73 participantes. De forma global, a maioria dos/as inquiridos/as sente-se pelo menos moderadamente incluída, com 31,5% ($n = 23$) a declarar sentir-se “mais ou menos incluído/a” e 31,5% ($n = 23$) a sentir-se “bastante incluído/a”. Apenas uma pequena parcela refere sentir-se pouco incluída ou não incluída, correspondendo a 16,4% ($n = 12$) e 8,2% ($n = 6$), respetivamente, enquanto 12,3% ($n = 9$) se consideram totalmente incluídos.

Ao comparar os grupos por sexo, observa-se que as pessoas do sexo feminino apresentam percepções relativamente positivas de inclusão, com 32,1% ($n = 17$) a sentirem-se mais ou menos incluídas, 35,8% ($n = 19$) bastante incluídas e 9,4% ($n = 5$) totalmente incluídas. Entre as pessoas do sexo masculino, a percepção concentra-se nas categorias intermédias, com 30,0% ($n = 6$) mais ou menos incluídos/as, 20,0% ($n = 4$) bastante incluídos/as e 20,0% ($n = 4$) totalmente incluídos/as.

Estes resultados sugerem que, dentro da amostra, as pessoas do sexo feminino tendem a relatar percepções mais positivas de inclusão social, enquanto as pessoas do sexo masculino apresentam percepções mais equilibradas, distribuídas entre níveis intermédios e altos de inclusão.

Tabela 32

Autopercepção do Nível de Inclusão na Região Onde Reside Consoante o Sexo

	Feminino <i>n</i> (%)	Masculino <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Não me sinto de todo incluído/a	4 (7,5%)	2 (10,0%)	6 (8,2%)
Sinto-me pouco incluído/a	8 (15,1%)	4 (20,0%)	12 (16,4%)

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Sinto-me mais ou menos incluído/a	17 (32,1%)	6 (30,0%)	23 (31,5%)
Sinto-me bastante incluído/a	19 (35,8%)	4 (20,0%)	23 (31,5%)
Sinto-me totalmente incluído/a	5 (9,4%)	4 (20,0%)	9 (12,3%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

Secção G — Vivências, Opiniões e Direitos

A Tabela 33 reúne dados sobre a forma como as pessoas migrantes em Portugal percecionam que foram tratadas de forma discriminatória ou diferenciada. De forma global, observa-se que uma proporção considerável da amostra reportou experiências de tratamento injusto em diferentes contextos, enquanto uma parte significativa não relatou tais situações.

A análise por sexo revela que, entre as participantes do sexo feminino, a categoria “Sim, em serviços públicos” destacou-se, representando 27,8% ($n = 20$) da amostra feminina, enquanto entre os/as participantes do sexo masculino correspondeu a 12,5% ($n = 9$), evidenciando uma diferença expressiva na perceção de injustiça neste contexto. De modo semelhante, “Sim, no local de trabalho” foi referida por 20,8% ($n = 15$) das pessoas do sexo feminino, contrastando com 6,9% ($n = 5$) das pessoas do sexo masculino, sugerindo que as pessoas do sexo feminino percebem um maior risco de tratamento desigual no âmbito laboral. Outras categorias, como “Sim, em serviços de saúde” e “Não”, apresentaram diferenças mais modestas entre os sexos, embora continuem a indicar que as experiências de injustiça são heterogéneas e multifacetadas.

Em termos globais, cerca de 40,3% ($n = 29$) da amostra total reportou ter sentido tratamento injusto em serviços públicos, e 26,4% ($n = 19$) não reportou experiências de injustiça, destacando-se estas categorias como centrais na caracterização da perceção de discriminação. As tendências observadas sugerem que, embora experiências de tratamento injusto sejam relatadas por ambos os sexos, as pessoas do sexo feminino parecem perceber mais frequentemente estas situações em contextos institucionais e

laborais, apontando para uma dimensão de género relevante na vivência das experiências de discriminação.

No conjunto, os dados indicam a necessidade de atenção diferenciada às experiências das pessoas do sexo feminino imigrantes, especialmente em serviços públicos e no local de trabalho, enquanto a diversidade de contextos reportados evidencia a complexidade das experiências de tratamento desigual no quotidiano.

Tabela 33

Sentimento de Tratamento Injusto por Motivo de Origem, Cor, Nome, Sotaque ou Religião Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Sim, em serviços públicos	20 (27,8%)	9 (12,5%)	29 (40,3%)
Sim, em redes sociais/online	6 (8,3%)	2 (2,8%)	8 (11,1%)
Sim, na procura de habitação	8 (11,1%)	5 (6,9%)	13 (18,1%)
Sim, no local de trabalho	15 (20,8%)	5 (6,9%)	20 (27,8%)
Sim, em estabelecimentos comerciais	8 (11,1%)	7 (9,7%)	15 (20,8%)
Sim, na rua ou transportes públicos	5 (6,9%)	1 (1,4%)	6 (8,3%)
Sim, em serviços de saúde	13 (18,1%)	6 (8,3%)	19 (26,4%)
Sim, outra situação	4 (5,6%)	1 (1,4%)	5 (6,9%)
Outro	6 (8,3%)	0 (0,0%)	6 (8,3%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias situações de tratamento injusto, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

A Tabela 34 analisa a perceção sobre a forma como os/as participantes foram recebidos em Portugal pela população local. Globalmente, a maioria considera que o acolhimento depende das situações ou das pessoas, com 52,1% ($n = 38$) a reportar esta perceção. Um número relevante de participantes indica ter sido recebido de forma acolhedora e amigável, correspondendo a 31,5% ($n = 23$). Apenas uma pequena proporção relata

experiências negativas ou de desrespeito (2,7%, $n = 2$), enquanto 8,2% ($n = 6$) sentem algum receio ou desconfiança, e 5,5% ($n = 4$) nunca refletiram sobre o tema.

Comparando os grupos por sexo, observa-se que as pessoas do sexo feminino tendem a avaliar o acolhimento em Portugal de forma mais diversificada: 54,7% ($n = 29$) consideram que depende da situação ou das pessoas, 26,4% ($n = 14$) percebem-no como acolhedor e amigável, 9,4% ($n = 5$) com algum receio ou desconfiança, 1,9% ($n = 1$) de forma má e 7,5% ($n = 4$) não souberam ou nunca pensaram nisso.

Entre as pessoas do sexo masculino, as respostas concentram-se nas categorias “acolhedor e amigável” (45,0%; $n = 9$) e “depende das situações ou das pessoas” (45,0%; $n = 9$), com menores proporções nas restantes categorias.

Esses resultados sugerem que as pessoas do sexo feminino apresentam perceções mais diferenciadas sobre o acolhimento em Portugal, enquanto as pessoas do sexo masculino tendem a agrupar as suas respostas em categorias positivas ou intermédias.

Tabela 34

Perceção dos/as Imigrantes pela População Local

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
De forma acolhedora e amigável	14 (26,4%)	9 (45,0%)	23 (31,5%)
Depende das situações ou das pessoas	29 (54,7%)	9 (45,0%)	38 (52,1%)
Com algum receio ou desconfiança	5 (9,4%)	1 (5,0%)	6 (8,2%)
De forma má, sem respeito	1 (1,9%)	1 (5,0%)	2 (2,7%)
Não sei / nunca pensei nisso	4 (7,5%)	0 (0,0%)	4 (5,5%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

Na Tabela 35 apresenta-se a perceção de facilidade/dificuldade para obter apoio legal em Portugal. A maioria das pessoas inquiridas/as considera como “nem fácil, nem difícil” (45,2%, $n = 33$), enquanto uma proporção significativa relata dificuldades (34,2%, $n = 25$) e 20,5% ($n = 15$) descreve facilidade para obter apoio legal.

Quando analisado por sexo, observa-se que as pessoas do sexo feminino apresentam percepções mais extremas: 39,6% ($n = 21$) consideram difícil realizar tarefas relacionadas com a obtenção de apoio legal, 39,6% ($n = 21$) consideram-nas nem fáceis nem difíceis, e 20,8% ($n = 11$) consideram-nas fáceis. Entre as pessoas do sexo masculino, a maioria (60,0%; $n = 12$) classifica essas tarefas como nem fáceis nem difíceis, 20,0% ($n = 4$) como fáceis e 20,0% ($n = 4$) como difíceis.

Estes resultados sugerem que, na amostra, as pessoas do sexo feminino percebem maior dificuldade no acesso a apoio legal em Portugal, enquanto as pessoas do sexo masculino apresentam uma percepção mais moderada e equilibrada.

Tabela 35

Facilidade Percebida para Obter Apoio Legal Consoante o Sexo

	Feminino n (%)	Masculino n (%)	Total n (%)
Fácil	11 (20,8%)	4 (20,0%)	15 (20,5%)
Nem fácil nem difícil	21 (39,6%)	12 (60,0%)	33 (45,2%)
Difícil	21 (39,6%)	4 (20,0%)	25 (34,2%)
Total Geral	53 (100,0%)	20 (100,0%)	73 (100,0%)

9. Conclusão e recomendações

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Arganil constitui um compromisso estruturado com a inclusão plena de pessoas migrantes, reconhecendo a diversidade como ativo para o desenvolvimento territorial e demográfico sustentável.

A análise integrada de dados censitários, estatísticas administrativas e informação primária recolhida junto de 73 participantes residentes no concelho permite traçar um retrato multidimensional da realidade migratória local. O município de Arganil enfrenta desafio demográfico significativo, com população residente em declínio (-8,9% entre

2011 e 2021), envelhecimento acelerado (índice de envelhecimento de 330 em 2021) e redução de capacidade económica. Porém, a imigração surge como fator atenuador: a população estrangeira cresceu expressivamente de 288 em 2011 para 741 em 2021 (+157%), atingindo 1.020 estimado em 2023, representando de 5,1% a 9% da população total. Para além do efeito demográfico, esta presença reforça a vitalidade económica, social e cultural do território.

A população migrante de Arganil que participou neste estudo, caracteriza-se por amostra internacional altamente diversificada: Reino Unido (28,8%), Brasil (17,8%), Holanda (15,1%), Angola (6,8%), Bélgica (5,5%) e Israel (5,5%), com elevada escolaridade (45,2% licenciatura/bacharelato, 11,0% mestrado, 4,1% doutoramento) e predominância feminina (72,2% da amostra). A idade média é 49,45 anos, refletindo população adulta-sénior, maioritariamente casada (58,9%).

A residência é consolidada: 38,4% reside há mais de 7 anos, enquanto 23,3% chegou há 1-3 anos. As motivações migratórias centram-se em melhores condições de vida (54,8%), particularmente entre pessoas do sexo feminino (38,4%), com destaque para a atração pelas características regionais, tais como o clima, paisagem, ambiente (46,6%) e preços acessíveis da habitação (19,2%). A chegada foi maioritariamente acompanhada: 68,5% chegou com familiares, demonstrando a importância das redes. A regularização documental é predominante (68,5% com autorização de residência, 8,2% CPLP), com 52,1% a pretender obter nacionalidade portuguesa, refletindo forte intenção de permanência.

As pessoas migrantes participantes neste estudo residem predominantemente em casa própria (61,6%) ou arrendada (28,8%), com avaliação positiva de condições habitacionais: 47,9% "muito boas", 34,2% "boas". O acesso à habitação foi relativamente descomplicado (68,5% sem dificuldades), embora 13,7% tenham enfrentado obstáculos de preço (13,7%), caução (6,8%) ou documentação (4,1%), afetando desproporcionalmente pessoas do sexo feminino. O preço elevado das rendas afeta 8,2% das pessoas do sexo feminino vs. 5,5% das pessoas do sexo masculino, evidenciando vulnerabilidade diferenciada.

O acesso ao sistema de saúde apresenta indicadores moderados: 30,1% registado no centro de saúde, 27,4% com médico de família, 27,4% já utilizou SNS. Apenas 5,5% reportou mau atendimento, com incidência maior entre pessoas do sexo feminino (4,1% vs. 1,4%), indicando experiências isoladas, mas relevantes de discriminação ou inadequação de serviços.

O perfil académico é altamente qualificado: 60,3% de ensino superior (45,2% de licenciatura, 11,0% de mestrado, 4,1% de doutoramento). Contudo, o reconhecimento de qualificações apresenta lacunas significativas: apenas 20,5% conseguiu validar estudos (13,7% escolares/universitários, 1,4% técnicos, 5,5% em processo), enquanto 28,8% ainda não solicitou e 13,7% desconhecia a possibilidade, revelando défice informativo crítico.

A inserção laboral é moderada: 30,1% empregado/a, 19,2% desempregado/a, 49,3% "outra situação" (possível trabalho informal, reformado, doméstico). As pessoas do sexo feminino apresentam melhor inserção (21,9% empregadas vs. 8,2% homens) e menor desemprego (17,8% vs. 1,4%). A satisfação profissional é baixa: apenas 8,2% muito satisfeito/a, 20,5% satisfeito/a, 11,0% insatisfeito/a. O acesso ao emprego ocorreu principalmente por redes informais (17,8% com apoio de familiares e/ou amigos/as), com elevado destaque para empreendedorismo (31,5% criou próprio emprego, predominantemente pessoas do sexo feminino 26,0%).

As dificuldades mais frequentes são: falar e entender português (49,3%, 32,9% pessoas do sexo feminino vs. 16,4% homens), usar serviços online para imigrantes (32,9%), acesso à saúde (30,1%, 24,7% pessoas do sexo feminino vs. 5,5% masculino), trabalho (23,3%) e reconhecimento de estudos (9,6%). As pessoas do sexo feminino enfrentam obstáculos mais diversificados e intensos que as pessoas do sexo masculino.

A participação em atividades comunitárias é elevada (60,3%), mas a participação cívica formal é reduzida: apenas 18,8% registado para votar, com diferenças drásticas por sexo (27,3% pessoas do sexo feminino vs. 0% masculino). A perceção de inclusão é moderada: 31,5% "bastante incluído/a", 31,5% "mais ou menos incluído/a", 16,4% "pouco", 12,3%

"totalmente" e 8,2% "de todo excluído/a". Pessoas do sexo feminino reportam inclusão mais positiva que pessoas do sexo masculino.

Um elemento crítico emerge: 40,3% dos/as participantes experienciaram tratamento injusto por origem, cor, religião, sotaque ou nome, com distribuição multifacetada por contextos. Os espaços mais frequentes foram serviços públicos (40,3%), local de trabalho (27,8%), estabelecimentos comerciais (20,8%), serviços de saúde (26,4%), procura de habitação (18,1%) e rua/transportes (8,3%). As pessoas do sexo feminino reportam discriminação mais expressiva (27,8% em serviços públicos vs. 12,5% de pessoas do sexo masculino; 20,8% no trabalho vs. 6,9% de pessoas do sexo masculino), revelando interseccionalidade género-origem. Estas experiências, que abrangem o acesso à habitação, interações com serviços públicos e atendimento administrativo convergem com o diagnóstico internacional. A Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2024) identifica práticas racistas no sector da habitação em Portugal e sublinha a necessidade de políticas habitacionais específicas, bem como de processos de regularização mais eficazes, que não exponham migrantes a abusos e discriminação em múltiplos contextos. Recomenda ainda a criação de um programa nacional de integração e inclusão, em articulação com a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) e a sociedade civil, e o reforço de medidas setoriais de prevenção e resposta.

Os dados do Observatório das Migrações (2023) reforçam estas observações, mostrando que cerca de 30% das pessoas com antecedentes migratórios em Portugal já sofreram discriminação, percentagem que sobe para 54,7% entre pessoas de nacionalidade brasileira e 33% entre nacionais de países africanos de língua oficial portuguesa.

A perceção de acolhimento é condicionada: 52,1% considera que "depende das situações", 31,5% sente acolhimento amigável, 8,2% percebe receio/desconfiança e 2,7% má vontade. O acesso a apoio legal é percebido como moderadamente difícil: 45,2% "nem fácil nem difícil", 34,2% "difícil" (28,8% pessoas do sexo feminino vs. 5,5% homens), apenas 20,5% "fácil".

A proficiência em português é heterogénea: 32,9% comunica "muito bem", 19,2% "bem", 13,7% "moderadamente", 23,3% "pouco" e 11,0% "nada bem", com pessoas do sexo feminino demonstrando melhor desempenho. A compreensão de notícias: 37,0% "muito bem", 17,8% "bem", 23,3% "moderadamente", 15,1% "pouco", 6,8% "nada bem". A literacia digital é forte: 65,8% usa ferramentas com facilidade para qualquer tarefa, embora 2,7% tenha uso muito básico.

Em síntese, os dados revelam uma população migrante europeia, adulta-sénior, altamente qualificada e consolidada territorialmente, que migrou por atração às características regionais e à qualidade de vida. A integração social é positiva em participação comunitária, habitação e acesso a cuidados, mas emergem desafios estruturais críticos: (i) subutilização de competências por reconhecimento incompleto de qualificações (60% sem validação), (ii) barreiras linguísticas (49,3% com dificuldade em português), (iii) acesso limitado a informação sobre direitos e procedimentos (32,9% dificuldade em serviços online), (iv) discriminação múltipla em contextos públicos, laborais e comerciais (40,3% experienciou injustiça), particularmente sobre pessoas do sexo feminino, (v) participação cívica reduzida (18,8% votante, com ausência total entre pessoas do sexo masculino).

Diferenças de género são pronunciadas: pessoas do sexo feminino mostram inserção laboral superior e participação comunitária mais elevada, mas experienciam discriminação mais expressiva em múltiplos contextos. Já as pessoas do sexo masculino concentram-se em profissões específicas, com menor participação cívica e acesso legal mais constrangido.

O PMIM-Arganil propõe, assim, o reforço da ação municipal em torno de três eixos estratégicos, em articulação com estruturas regionais e nacionais já existentes:

EIXO 1: Valorização de Competências e Oportunidades Profissionais

Objetivos

Reforçar o reconhecimento e a utilização plena das qualificações das pessoas migrantes, assim como, facilitar o acesso equitativo ao mercado de trabalho e à criação de atividades económicas locais.

EIXO 1: Valorização de Competências e Oportunidades Profissionais

Medidas Operacionais	- Criação de um ponto de contacto municipal para apoio à equivalência de estudos, em articulação com IEF, DGES e IES; - Sessões semestrais de informação e mentoria profissional (validação de competências, empreendedorismo, microcrédito); - Campanhas de sensibilização junto de empregadores/as sobre diversidade, igualdade de oportunidades e conformidade legal;
----------------------	--

Métricas de avaliação

Métrica	Periodicidade
N.º de pessoas apoiadas em processos de equivalência ou reconhecimento de qualificações / tempo médio de conclusão	Trimestral
Taxa de conclusão bem-sucedida de processos de equivalência / inserção profissional subsequente	Anual
N.º de participantes em sessões de informação e mentoria / percentagem que reporta melhoria nas oportunidades de trabalho	Anual
N.º de iniciativas económicas locais ou atividades profissionais autónomas iniciadas após acompanhamento	Anual
N.º de campanhas de sensibilização realizadas junto de empregadores / entidades envolvidas	Anual
Grau de satisfação dos participantes e parceiros com as ações implementadas	Bienal

EIXO 2: Acesso a Direitos, Habitação e Serviços Públicos

Objetivos	Promover o acesso equitativo à habitação, saúde e serviços administrativos, assim como, reforçar a literacia linguística e digital, facilitando o exercício de direitos.
Medidas Operacionais	- Oferta contínua de aulas de português e apoio digital (SNS, AIMA, Segurança Social); - Balcão municipal de informação com atendimento multilíngue e acompanhamento de processos administrativos; - Parceria com mediadores comunitários para apoio habitacional e acesso a serviços de saúde.

Métricas de avaliação

Métrica	Periodicidade
N.º de participantes em aulas de português / taxa de assiduidade e progressão linguística	Semestral

EIXO 3: Participação, Interculturalidade e Combate à Discriminação

Grau de satisfação das pessoas participantes com o apoio recebido e com o clima de inclusão percebido

Bienal

Coordenação, Monitorização e Avaliação

A concretização das medidas propostas exige uma estrutura de governação participada que assegure o acompanhamento, a avaliação e a atualização contínua do Plano, traduzida no eixo transversal de Coordenação, Monitorização e Avaliação.

Coordenação

A execução do PMIM-Arganil é acompanhada por uma estrutura de governação simples e transversal, composta por representantes da autarquia, de pessoas migrantes e de parceiros institucionais, reúne-se semestralmente para monitorizar o progresso dos eixos de intervenção, identificar desafios emergentes e validar ajustamentos necessários.

A coordenação técnica do Plano integra-se no gabinete municipal competente (por exemplo, ação social ou serviço equivalente), funcionando como ponto focal entre a CIM-RC, os serviços municipais e as entidades parceiras. Compete-lhe apoiar a execução das medidas, promover a comunicação interdepartamental, assegurar a ligação com associações de migrantes e disseminar informação relevante.

Monitorização

A monitorização é contínua e orientada pelas métricas definidas para cada medida. Esta acompanha:

- a recolha regular de dados por parte das entidades responsáveis;
- a análise sistemática dos indicadores inscritos na tabela de métricas;
- reuniões trimestrais de acompanhamento técnico;

- a elaboração de um relatório anual de progresso, apresentado à CIM-RC e aos órgãos municipais competentes.

Este processo garante que o Plano permanece alinhado com a realidade migratória do concelho, permitindo identificar necessidades emergentes e ajustar a intervenção pública de forma coerente e fundamentada.

Avaliação

A avaliação do PMIM-Arganil articula métodos quantitativos e qualitativos. Estrutura-se em dois momentos:

- Avaliação Intercalar (bienal): analisa o grau de execução das ações, a adequação das estratégias adotadas e a pertinência dos indicadores. Inclui a aplicação de um inquérito de perceção junto de pessoas migrantes.
- Avaliação Final: realizada no termo da vigência do Plano, mede impactos, identifica resultados alcançados e sistematiza aprendizagens úteis para o ciclo seguinte de planeamento.

Ambas as avaliações recorrem à participação de parceiros institucionais, associações de migrantes e serviços municipais, assegurando uma leitura abrangente da eficácia das medidas implementadas e reforçando a natureza participada do Plano.

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Arganil afirma um compromisso claro com a inclusão, a equidade e os direitos humanos, reconhecendo as pessoas migrantes como parte integrante da comunidade local e coautoras do futuro do concelho. Para além do contributo demográfico, a sua presença enriquece a vida económica, social e cultural, favorecendo inovação, participação cívica e coesão comunitária. O plano aposta na valorização de competências, no acesso efetivo a direitos e serviços, e na prevenção de discriminação, promovendo relações de confiança entre instituições, sociedade civil e residentes. A implementação baseia-se em parcerias, monitorização regular e aprendizagem contínua, assegurando que as respostas evoluem com as necessidades e potenciam o bem-estar de todas as pessoas que vivem em Arganil.

10. Referências bibliográficas

- Câmara Municipal de Arganil. (2021). *Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Arganil: Diagnóstico de caracterização dos cidadãos naturais de países terceiros*. Arganil, Portugal. https://www.cm-arganil.pt/wp-content/uploads/2021/08/Plano-Municipal-para-a-Integracao-de-Migrantes-de-Arganil-2020-2022_2.pdf
- Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância. (2024). *Sixth Report on Portugal*. Estrasburgo: Conselho da Europa. <https://rm.coe.int/sixth-report-on-portugal/1680b6668d>
- Instituto Nacional de Estatística. (s.d.). *Instituto Nacional de Estatística*. <https://www.ine.pt>
- Observatório das Migrações. (2023). *Indicadores de Integração de Imigrantes: relatório estatístico anual*. Lisboa: Observatório das Migrações / ACM.



REGIÃO DE COIMBRA *a tua Casa*

*Onde todas as
pessoas têm lugar*

CONTACTOS

MUNICÍPIO DE ARGANIL

Praça Simões Dias
Apartado 10, 3304-954
Arganil

235 200 150
geral@cm-arganil.pt
<https://www.cm-arganil.pt/>

